



Por que o Concílio de Jerusalém foi tão importante?

“Porém alguns da seita dos fariseus, que tinham crido, se levantaram, dizendo que era necessário circuncidá-los e mandar-lhes que guardassem a lei de Moisés. Congregaram-se, pois, os apóstolos e os anciãos para examinar esse assunto”.

Atos 15:5–6

O conhecimento

Quando Jesus comissionou seus apóstolos a espalhar o Evangelho após Sua ressurreição, Ele lhes disse: “ser-me-eis testemunhas, tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria, e até os confins da terra” (Atos 1:8). Conforme Lucas descreve o crescimento da Igreja, os apóstolos e missionários da Igreja acabariam por cumprir essa mesma bênção. Primeiro, eles pregariam em Jerusalém e na Judeia (ver Atos 1–7), depois em Samaria (ver Atos 8). Por fim, em uma visão dramática manifestada a Pedro, o Senhor fez saber que o Evangelho deveria ser levado aos gentios (ver Atos 10–11). Dessa forma, surgiu a necessidade de a liderança da Igreja realizar uma reunião formal

de conselho para chegar a uma decisão unânime sobre o que deveria ser exigido de um gentio que se filiasse à Igreja de Jesus Cristo.

A conversão de Cornélio, um líder militar romano, abriu novos caminhos. “Todos os cristãos eram judeus, que já guardavam a lei de Moisés, ou ‘prosélitos’ – gentios que haviam se convertido ao judaísmo e também guardavam a lei de Moisés na época em que se converteram ao cristianismo”. Cornélio, no entanto, não observava nenhuma das disposições da lei de Moisés, mas era simplesmente “piedoso e temente a Deus [...] e continuamente

orava a Deus” (Atos 10:2). No Novo Testamento, o termo temente a Deus se referia aos gentios “que simpatizavam com o judaísmo e adoravam a Jeová, mas não observavam os preceitos da lei de Moisés, especialmente o da circuncisão”. Antes do precedente estabelecido por Cornélio, provavelmente entendia-se que, se um gentio quisesse se juntar à Igreja, ele precisava primeiro ser circuncidado e guardar a lei de Moisés. Embora Jesus tivesse vindo para cumprir essa lei, Ele também disse que as pessoas deveriam continuar a guardar até mesmo o menor dos mandamentos (Mateus 5:19). Então, como isso deveria funcionar? A vida em Israel estava profundamente enraizada na tradição, o que dificultava para muitos dos primeiros cristãos entender quais práticas judaicas continuavam, ou não, na adoração e observância cristãs. De fato, como John W. Welch observou, embora muitos cristãos “estivessem conscientes de que Jesus havia cumprido a lei, não consideravam que isso abolia todas as suas práticas”, enquanto outros (incluindo o apóstolo Paulo) “acreditavam que muitas das questões práticas da lei de Moisés já haviam sido cumpridas e não deveriam mais ser observadas”.

O conflito decorrente dessas visões de mundo divergentes levou alguns cristãos primitivos a insistir: “se não vos circuncidardes, conforme o costume de Moisés, não podeis salvar-vos”, e outros compartilharam razoavelmente suas preocupações e sentiram que a obediência à lei de Moisés ainda era necessária (Atos 15:1,5). Para abordar oficialmente essa preocupação, “congregaram-se, pois, os apóstolos e os anciãos para examinar esse assunto”, reunidos como um grupo dos Doze em uma reunião oficial que mais tarde seria conhecida como o Concílio de Jerusalém (Atos 15:6). As dissensões que surgiram sobre esse ponto, como observou Robert J. Matthews, “só poderiam ser oficialmente resolvidas pelos Doze em Jerusalém”. Afinal, esse assunto “não era apenas uma questão de tradição ou costume, mas uma questão doutrinária fundamental sobre a expiação de Jesus Cristo”, ou seja, como cada regra específica da lei de Moisés seria afetada pelo cumprimento da missão mortal de Jesus?

Enquanto os apóstolos ofereciam suas várias opiniões sobre essa questão fundamental, Pedro primeiro os lembrou de sua visão e subsequente manifestação espiritual com Cornélio: “Homens irmãos, bem sabeis que já há muito tempo Deus me escolheu dentre nós, para os gentios ouvirem da minha boca a palavra do

evangelho, e cressem. E Deus, que conhece os corações, deu-lhes testemunho, dando-lhes o Espírito Santo, assim como também a nós” (Atos 15:7–8). A revelação, não o raciocínio lógico, deve ser nosso guia. Por fim, Pedro declarou que a salvação não se baseia na obediência à lei de Moisés, mas é encontrada somente em Jesus Cristo. Paulo e Barnabé, que haviam retornado recentemente de uma missão, também testemunharam desse ponto (ver Atos 15:10–12).

Após o concílio, Tiago, irmão de Jesus, e agora um dos pilares da Igreja (Gálatas 2:9), anunciou a decisão dos apóstolos. Afinal, a Igreja foi instruída a “não perturbar aqueles que, dentre os gentios, se converteram a Deus” com a circuncisão (Atos 15:19). Entretanto, os apóstolos deixaram claro “que esses conversos, assim como os judeus, deveriam continuar a obedecer ao mais antigo conjunto de leis relacionadas à ingestão de carne impura e à pureza essencial, ou seja, leis originadas nos dias de Noé que proibiam a contaminação por contato com ídolos, fornicação, consumo da carne de animais sufocados e o contato impuro com sangue (15:20, 29; compare Gênesis 8:20–9:27)”. Como essas leis datavam da época de Noé, tinham aplicação universal, ao passo que a lei de Moisés foi dada apenas para a casa de Israel.

No entanto, um aspecto da decisão desse conselho apostólico, frequentemente ignorado, é seu alcance limitado. Como Frank F. Judd Jr. observou, “o conselho não fez nenhuma declaração a respeito da necessidade dos cristãos judeus continuarem ou não a observar a lei de Moisés”. Essa decisão dizia respeito apenas aos gentios convertidos. “Na verdade”, continua ele, “há evidências no Livro de Atos de que os cristãos judeus continuaram a guardar aspectos da lei de Moisés muito depois do Concílio de Jerusalém”.

Dada a importância desta questão e dado o conhecimento e as declarações de Pedro de que a lei de Moisés não era necessária para a salvação, pode-se questionar por que os líderes da Igreja não ofereceram uma declaração mais contundente sobre o assunto ou não o dirigiram também aos cristãos judeus. É importante lembrar quão jovem era a Igreja e quão tensa essa questão havia se tornado. Ao oferecer a decisão dessa maneira, os líderes permitiram que aqueles que sentiam que era necessário seguir a lei de Moisés continuassem a fazê-lo. Matthews também

observa que “os líderes provavelmente evitaram um cisma na Igreja e, certamente, a ira dos judeus caso a decisão fosse mais enérgica. Muitos devem ter preferido uma declaração mais enérgica, mas os líderes da Igreja agiram com a sabedoria necessária para sua situação”.

O porquê

O Concílio de Jerusalém serviu para estabelecer várias políticas importantes da Igreja e também para reforçar a doutrina da Expição e a missão de Jesus Cristo em um momento crítico. É importante lembrar que esse conselho foi dirigido pelos Doze Apóstolos e liderado por Pedro, o líder da Igreja. Somente Pedro e os apóstolos tinham essa autoridade. Como Matthews apontou, “é muito significativo que o Senhor tenha realizado esse novo procedimento por meio de Pedro, que, como apóstolo principal da Igreja, poderia exercer todas as chaves do sacerdócio e tinha o ofício adequado por meio do qual tal direção do Senhor viria”. Enfim, a decisão foi baseada na revelação do Senhor, e o alcance da visão de Pedro em Atos 10 não foi além das questões do batismo gentio e de certas leis alimentares.

Esse concílio não foi convocado por autoridades políticas ou por muitos bispos em busca de autoridade e proeminência, como os concílios posteriores, no século III. Em vez disso, foi um conselho de apóstolos, ordenado para liderar a Igreja pela autoridade do Sacerdócio. A decisão deste conselho mostra a importância da unanimidade entre os apóstolos, refletindo assim a vontade do Senhor.

O Senhor revelou que toda decisão do Quórum dos Doze Apóstolos deveria ser “pelo voto unânime do mesmo [...] cada membro de cada quórum deve concordar com suas decisões, a fim de que estas tenham o mesmo poder ou validade entre si” (Doutrina e Convênios 107:27). Esta instrução dada por meio do Profeta Joseph Smith é refletida no Concílio de Jerusalém. Todos os apóstolos presentes precisavam chegar a unanimidade antes de submeterem sua decisão à Igreja como a palavra e a vontade do Senhor. Esse requisito também é seguido atualmente.

Como os antigos apóstolos, a Primeira Presidência e o Quórum dos Doze Apóstolos ocasionalmente

enfrenta “um conflito entre cultura e doutrina”. A necessidade de unanimidade é especialmente importante quando surgem conflitos desse tipo, para falar a mente e a vontade do Senhor, e não apenas seguir seus pontos de vista ou valores pessoais, os apóstolos se submetem à revelação. Da mesma forma, todos os membros da Igreja, como “verdadeiros discípulos de Jesus Cristo, devem estar dispostos e capazes de renunciar a tradições estabelecidas há muito tempo quando entram em conflito com a maneira de viver os princípios do Evangelho”. Quando o Senhor deu a Pedro as chaves do Sacerdócio para presidir a Igreja, deixou claro que o reino de Deus deveria ser construído sobre a pedra da revelação (Mateus 16:18–19). Devido à orientação inspirada do Senhor, podemos ter certeza de que, quando os líderes da Igreja oferecem por unanimidade uma nova instrução ou proclamação que declara a doutrina da Igreja, esta é a palavra e a vontade do Senhor para nossas vidas. Com essa garantia, todos podemos alinhar fielmente nossa vontade com a do Senhor e seguir em frente no caminho do convênio.

Leitura complementar

John W. Welch, “Acts 10–15”, em *New Testament Minute: Acts* (Springville, UT: Scripture Central, 2023).

Frank F. Judd Jr., “The Jerusalem Conference: The First Council of the Christian Church”, *Religious Educator* 12, no. 1 (2011): pp. 55–71.

Robert J. Matthews, “The Jerusalem Council”, em *Sperry Symposium Classics: The New Testament*, ed. Frank F. Judd Jr. e Gaye Strathearn (Provo, UT: Religious Studies Center, Brigham Young University; Salt Lake City: Deseret Book, 2006), pp. 254–266.

Gordon B. Hinckley, “God Is at the Helm”, Conferência geral, abril de 1994.

F. Neil Brady, “Unity”, em *Encyclopedia of Mormonism*, 4 v., ed. Daniel H. Ludlow (New York, NY: Macmillan Publishing, 1992), 4: pp. 1497–1498.



© Central do Livro de Mórmon, 2023

Notas de rodapé

1. Frank F. Judd Jr., “The Jerusalem Conference: The First Council of the Christian Church”, *Religious Educator* 12, no. 1 (2011): p. 61; ver Atos 10:47–48.
2. Judd, “Jerusalem Conference”, p. 61.
3. John W. Welch, “Acts 10–15”, em *New Testament Minute: Acts* (Springville, UT: Scripture Central, 2023), p. 10.
4. O problema parecia ser duplo, como diz Welch, “Atos 10–15”, 9: “(a) quanto da lei de Moisés eles precisavam obedecer ou todas as práticas da lei haviam sido cumpridas? e (b) eles estavam obrigados a ser circuncidados, seguindo um mandamento que remontava além de Moisés, ao tempo de Abraão?”
5. Robert J. Matthews, “The Jerusalem Council”, em *Sperry Symposium Classics: The New Testament*, ed. Frank F. Judd Jr. e Gaye Strathearn (Provo, UT: Religious Studies Center, Brigham Young University; Salt Lake City: Deseret Book, 2006), p. 261.
6. Matthews, “Jerusalem Council”, p. 261.
7. Judd, “Jerusalem Conference”, p. 64, observa: “Lembremo-nos de que a reputação de Pedro se ressentia de sua associação com Cornélio e outros gentios em Cesareia (ver Atos 11:1–4). Além disso, Tiago era o líder do ramo de Jerusalém, muitos dos quais parecem ter participado (ver Atos 15:4, 22). Portanto, Tiago foi a escolha lógica para entregar a decisão do conselho. É provável que os cristãos judeus estivessem mais dispostos a aceitar qualquer veredicto dado se viesse de seu próprio líder respeitado”.
8. Welch, “Acts 10–15”, p. 10. Quanto à última regra sobre o consumo de carne, Paulo ofereceria mais informações em 1 Coríntios 8, mostrando que, embora essa regra fosse praticada de forma diferente em lugares diferentes, dependendo das necessidades culturais, a necessidade de pureza ritual permaneceu em toda a Igreja, tanto na antiguidade quanto nos tempos modernos.
9. Judd, “Jerusalem Conference”, p. 65; ênfase adicionada.
10. Judd, “Jerusalem Conference”, p. 65. Welch, “Atos 10–15”, 10, observa ainda que a circuncisão foi deixada “como uma escolha pessoal, mas não como um requisito”.
11. Matthews, “Jerusalem Council”, p. 264.
12. Matthews, “Jerusalem Council”, p. 258–259.
13. Para um excelente estudo do papel dos conselhos no cristianismo primitivo como substitutos da autoridade apostólica, ver Hugh Nibley, “Prophets and Creeds”, em *The World and the Prophets* (Provo, UT: Foundation for Ancient Research and Mormon Studies; Salt Lake City, UT: Deseret Book, 1987), pp. 44–52.
14. Ver o artigo da Central Livro de Mórmon, “Por que deve haver união nos quóruns que presidem a Igreja? (Doutrina e Convênios 107:27)”, *KnoWhy* 617 (23 de setembro de 2021).¹⁵ Matthews, “Jerusalem Council”, p. 265.
16. Judd, “Jerusalem Conference”, p. 67.